

Lucratividade na Produção Rural: Um estudo em uma lavoura localizada no Vale do Caí/RS

Aluna: **Amanda Ludwig**

Orientadora no TCC I e II: **Profa. Ma. Cleudes Teresinha Maffei Barcellos**
Semestre: 2023-2

Resumo

O presente estudo ocorreu em uma agricultura familiar, localizada no município de Bom Princípio/RS, cujo objetivo foi de identificar a melhor lucratividade entre três produtos cultivados. Para isso, traçou-se como questão de problema qual dos produtos, entre alface, melão e morango, apresenta a melhor lucratividade? A metodologia utilizada foi de abordagem descritiva e qualitativa de um estudo de caso. Na pesquisa realizada foi possível verificar que o produto que se encontra com mais lucratividade seria a alface, com uma porcentagem de 96,37%, sendo mais vendida, com empate, na Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA) e em mercados.

Palavras-chave: Contabilidade Rural. Agricultura. Produtos. Lucratividade.

1 Introdução

O produtor que foi estudado, possui uma lavoura situada na cidade de Bom Princípio, Vale do Caí/RS. Ele comercializa seus produtos agrícolas, tais como, beterraba, cenoura, alface, morango, tomate, repolho, rabanete, aipim, laranja, limão, abacate, melancia, pêssego, bergamota, pimentão, pera, espinafre, brócolis, melão e ameixa, sendo esta atividade agrícola a sua segunda fonte de recursos financeiros. O produtor rural em questão tem sessenta anos de idade, é casado, aposentado, tem dois filhos e não reside na lavoura. Não possui empregados, desempenhando sozinho os cuidados necessários a lavoura, como adequação e fertilização da terra, plantio, podas e, por fim, a venda.

Devido a abrangência do assunto, delimitou-se como tema identificar a lucratividade de três produtos cultivados. Este produtor rural vende os seus produtos para a Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA), para mercados locais e para outros produtores da região.

Este estudo teve como questão de pesquisa, entre os produtos alface, melão e morango, qual é o que apresenta a melhor lucratividade? O objetivo geral foi identificar, entre os produtos alface, melão e morango, qual o que apresenta a melhor lucratividade.

Este estudo se justifica, pois, esta pesquisadora é aluna da graduação em Ciências Contábeis e tem como referência de estudo um produtor rural familiar, sendo assim, a contribuição será no sentido de auxiliar na tomada de decisão, no sentido de identificar o melhor plantio, a colheita mais eficaz e qual irá apresentar melhor lucratividade, entre os produtos agrícolas: alface, melão e morango. Também serve de contribuição para a Universidade em que estuda, pois se acredita que proporciona o aprendizado, na prática, sobre Contabilidade Rural.

2 Referencial Teórico

2.1 Contabilidade

A Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interpretação dos fatos neles ocorridos, a fim de oferecer informações sobre sua composição e variação, bem como o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial (CREPALDI, 2007).

A contabilidade pode ser entendida como sendo a ciência que estuda o patrimônio das pessoas e das organizações. Seu objetivo é registrar, informar, analisar e interpretar as ocorrências no patrimônio. Sua função é de proceder as informações e documentações recebidas proceder a elaboração das demonstrações contábeis, verificando assim, a situação financeira e econômica das entidades (SEBASTIÃO, 2014).

À Contabilidade, Medeiros (2008, p. 3), “considera que, além de registrar e informar os fatos econômico-financeiros acontecidos dentro de um patrimônio pertencente a uma entidade, mediante a aplicação do seu conjunto de princípios, normas, técnicas e procedimentos próprios, a contabilidade objetiva, ainda administrar o patrimônio que está em constante alteração”. Ainda, segundo esse autor, são finalidades da Contabilidade: controlar o patrimônio, apurar o resultado e prestar informações aos diversos usuários das informações contábeis das entidades.

No Brasil, as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs, criadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, constituem um conjunto de regras que devem ser observadas com critérios para a profissão contábil, bem como a doutrina, princípios e leis que devem ser seguidos para a realização do trabalho (CFC, 2022).

2.1.1 Contabilidade Rural

A Contabilidade Rural é o ramo da contabilidade aplicada às empresas rurais. Segundo Crepaldi (2004), ela é uma necessidade urgente no Brasil, porém ainda pouco utilizada, tanto pelos empresários quanto pelos contadores. Em geral, considera-se que a função contábil deve ser controlada pelo empresário rural. Ela vem se desenvolvendo no decorrer dos anos e muito se fala da sua necessidade de existência para o setor agropecuário (CALDERELLI, 2003). Ainda, para este autor, a sua definição é “aquela que tem suas normas baseadas na orientação, controle e registro dos atos e fatos ocorridos e praticados por uma empresa cujo objeto de comércio ou indústria seja agricultura ou pecuária” (p.2).

Para Ulrich (2009, p. 5), “a Contabilidade Rural é o ramo da contabilidade aplicada às empresas rurais”.

Conclui-se que a contabilidade rural é um importante instrumento para as empresas rurais, ou seja, o agronegócio, pois geram informações que possibilitam verificar a situação da empresa, sob os mais diversos enfoques, tais como análises de estrutura, de evolução, de solvência, de garantia de capitais próprios e de terceiros, de retorno de investimentos etc. Tais informações são imprescindíveis para o processo decisório (FARIA ET AL, 2010, p.14).

2.1.2 Empresa Rural

Empresa Rural é definida no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), art. 4º, inciso VI, como sendo um empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo. Para esse fim, equiparam-se as áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias.

Marion (2012, p.2) define “empresa rural como sendo aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio do cultivo da terra, da criação de animais e da

transformação de determinados produtos”. Já, para Crepaldi (2012, p.4),

Empresa rural é a unidade de produção em que são exercidas atividade que dizem respeito a culturas agrícolas, criação de gado ou culturas florestais, com a finalidade de obtenção de renda. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal.

Ainda, segundo este autor, qualquer tipo de Empresa Rural seja familiar ou patronal é integrada por um conjunto de recursos, denominados fatores da produção, que ele divide como sendo três: a terra, o capital e o trabalho.

2.1.3 Registros Contábeis

Entre as diversas atividades e serviços que a contabilidade rural pode oferecer aos produtores rurais, rurais para melhorar o controle, o planejamento e a tomada de decisões, são destacadas 4 atividades no quadro 1:

Quadro 1: Atividades e serviços atribuídos à Contabilidade Rural

Atividades	Características
Elaboração do orçamento da empresa	Relacionar os recursos disponíveis, estimar a previsão das culturas e criações, estimar as despesas administrativas da fazenda e os custos relacionados aos animais e culturas, previsão do volume de vendas e dos preços de venda, consolidar receitas e despesas, montar o fluxo de caixa.
Análise do negócio da empresa	Os registros contábeis e suas demonstrações financeiras, trabalhos de auditoria e perícias contábeis, análise individualizada de cultura ou criação, avaliação da eficiência do negócio agricultura e/ou pecuária, análise da rentabilidade, endividamento e liquidez.
Identificação das alternativas de investimentos da empresa	Fontes de financiamento, melhores aplicações fixas, retorno dos investimentos, entre outros.
Controle da operação	Contas a pagar e a receber, quadro de pessoal, controle do estoque e produção, aplicações financeiras, redução de despesas desnecessárias.

Fonte: CALDERELLI (2003, p.3)

2.2 Ativos Biológicos

De acordo com o CPC 29 – Pronunciamento Técnico criado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - NBC TG 29 (R2) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), “O ativo biológico, refere-se a um animal ou a uma planta vivos, que produzem produto agrícola. A transformação biológica compreende o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação que causa mudança qualitativa e quantitativa no ativo biológico”.

Segundo Carvalho (2013, p. 112),

São considerados ativos biológicos, animais ou plantas compreendidas no período de “nascimento ou plantio até o ponto de abate ou colheita”, sendo assim, após este período deixa de serem ativos biológicos para fins de contabilização e passa ser tratados como produtos agrícolas recebendo o tratamento contábil adequado geralmente o CPC 16 – Estoque.

Quadro 2: Ativos Biológicos, Produtos Agrícolas e Resultantes após a Colheita

Ativos Biológicos	Produto Agrícola	Produtos Resultantes do Processamento Após a Colheita
Carneiros	Lã	Fio, tapete
Árvores de uma plantação	Madeira	Madeira serrada, celulose

Plantas	Algodão	Fio de algodão, roupa
	Cana colhida	Açúcar, álcool
	Café	Café limpo em grão, moído, torrado
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha, presunto
Arbustos	Folhas	Chá, tabaco
Videiras	Uva	Vinho
Árvores frutíferas	Fruta colhida	Fruta processada

Fonte: CPC 29 (2009, p.03)

De acordo com o CPC 29, item 13,

O produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado a valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita. O valor assim atribuído representa o custo, no momento da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques, ou outro Pronunciamento aplicável.

Marion (2014, p. 3),

Destaca que a capacidade de mudança dos ativos biológicos acarreta na necessidade de proceder contínuas avaliações, que normalmente se reflete de forma positiva, provocando um aumento no patrimônio da organização ou da pessoa física que exerce a atividade agrícola.

Ainda destacado pelo item 13, da NBC TG 29, “o parâmetro que deverá ser utilizado para a mensuração dos ativos biológicos e do produto agrícola é o valor justo”.

2.3 Valor Justo

Valor justo é uma tendência que nasceu com a busca por uma linguagem contábil universal e representa uma modificação do custo histórico com o objetivo de apresentar a informação mais adequada e relevante para a tomada de decisão (RECH et al, 2012).

Marion (2014, p.34), afirma que “valor justo pode ser uma cotação feita no mercado.” Ainda segundo o autor, para apurar o valor justo é imprescindível a existência de um mercado para o ativo biológico ou produto agrícola.

De acordo com o item 24, da NBC TG 46, “valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado nas datas da mensuração.”

O método de custo também pode ser adotado quando a transformação biológica é pequena e não produz impacto significativo no ativo biológico (OLIVEIRA et al, 2014).

De acordo com o item 26, da NBC TG 29,

Ao exigir o reconhecimento e avaliação dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas pelo valor justo, define que o ganho ou a perda resultante da mudança no valor justo apurado em cada período deve ser incluído no resultado do exercício em que tiver origem.

2.3.1 Balanço Patrimonial - BP

Para Assaf Neto (2007, p.67), “o balanço patrimonial compõe-se de três partes essenciais: ativo, passivo e patrimônio líquido.”

Segundo Gitman e Madura (2003, p.187 e 188),

O balanço patrimonial apresenta uma demonstração resumida da posição financeira da empresa em um dado momento. A demonstração equilibra os ativos da empresa (os que ela possui) em relação a seu financiamento, que pode ser dívida (o que ela deve) ou patrimônio líquido (o que os proprietários forneceram).

De acordo com o item 4.2, Seção 4, da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1001, de 2021 e exposto no quadro 3, “o balanço patrimonial deve ter as seguintes contas que apresentarem valores relevantes:”

Quadro 3: Contas do Balanço Patrimonial

Disponibilidades;
Aplicações financeiras;
Contas a receber de clientes e outros recebíveis;
Estoques de matérias-primas, produtos acabados, produtos em processo, materiais de consumo, material de reposição;
Tributos a recuperar;
Ativo imobilizado, incluindo ativos biológicos destinados à manutenção da atividade e propriedades para investimento;
Ativos intangíveis;
Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto;
Fornecedores e outras contas a pagar;
Empréstimos e financiamentos;
Impostos a pagar;
Provisões;
Capital social;
Reservas de capital;
Reservas de lucros;
Lucros ou prejuízos acumulados.

Fonte: Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1001, item 4.2

De acordo com o item 4.5, Seção 4, da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1001, de 2021,

Um ativo deve ser classificado como circulante quando: i) a expectativa de realização do ativo, seja por consumo ou venda, seja a de que ocorra no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ii) o ativo for mantido essencialmente com a finalidade de negociação; iii) o ativo for caixa ou uma aplicação financeira sem restrição de troca ou uso para liquidação de passivos. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Segundo o item 4.7, Seção 4, da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1001, de 2021,

Saldos ativos e passivos derivados de transações com controladores, controladas ou outras pessoas e entidades com quem a empresa poderia contratar em condição de favorecimento devem figurar de maneira separada no balanço e serem classificados pela efetiva perspectiva de realização, mesmo que não tenha assim contratado em condição de favorecimento.

2.3.2 Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

De acordo com Marion (1998, p.127), “a DRE é extremamente relevante para avaliar o desempenho da empresa e a eficiência dos gestores em obter resultado positivo. O lucro é o objetivo principal das empresas.” Para Hoji (2014, p. 255), “a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma demonstração contábil que apresenta o fluxo de receitas e despesas, que resulta em aumento ou redução do patrimônio líquido entre duas datas.”

De acordo com o item 5.1, Seção 5, da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1001, de 2021, “a demonstração do resultado deve apresentar as seguintes contas, conforme o quadro abaixo:”

Quadro 4: Contas do DRE

Receitas;
Custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
Resultado bruto;
Despesas com vendas, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
Receita ou despesa de equivalência patrimonial;
Resultado antes das receitas e despesas financeiras;
Receitas financeiras; despesas financeiras;
Resultado antes dos tributos sobre o lucro;
Despesas com imposto de renda e contribuição social;
Lucro ou prejuízo do exercício.

Fonte: Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1001, item 5.1

De acordo com o item 5.4, Seção 5, da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1001, de 2021,

A entidade deve apresentar as despesas na demonstração do resultado classificadas com base na função dessas despesas dentro da entidade e não por natureza. Assim, as despesas são agregadas de acordo com sua função, como parte do custo dos produtos e serviços vendidos, despesas de vendas etc.

2.4 Gastos: Custo, Despesas, Investimentos

Bruni e Famá (2011, p. 22) definem a contabilidade de custos “como o processo ordenado de usar os princípios da contabilidade geral para registrar os custos de operações de um negócio.”

A Contabilidade de Custos, conforme Padoveze (2003, p.5) "é o segmento da ciência contábil especializado na gestão econômica do custo e dos preços de venda dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas."

De acordo com Megliorini (2001, p. 13),

O objetivo principal da contabilidade de custos em uma empresa é a maior obtenção possível de lucros. Diante disso, a contabilidade de custos atenta a produzir as mais diversas informações, para todos os setores da empresa, para assim auxiliar nas tomadas de decisões, desempenhos e planejamento das operações.

Segundo Santos et al. (2006, p. 14),

A contabilidade de custos tende a cuidar da economia ligada diretamente à empresa, avaliando principalmente como está ocorrendo a produção de determinados bens ou prestação de serviço, para assim realizar a correta análise, enviando os dados para a administração da empresa.

O custo está relacionado ao gasto de bens ou serviços na fabricação de outros bens ou serviços, sendo aplicados diretamente em sua produção (MARTINS, 2010).

Para Santos; Marion; Segatti (2002, p. 52),

Os custos são fatores determinantes para correta tomada de decisões, as quais demonstram informações e ideias relevantes para serem aplicadas em estratégias de mercado, podendo se utilizar da contabilidade de custos e fazer adaptações necessárias de acordo com as necessidades individuais de cada entidade. Por isso o empresário rural precisa estar a par de como funciona cada atividade dentro de sua empresa, tendo assim maior controle de custos.

A gestão de custos é fundamental para as organizações, como forma de identificar e gerenciar os gastos necessários para produzir cada unidade do determinado produto (ZANIN et al., 2010, p. 71).

2.4.1 Custos Fixos

Os custos fixos são aqueles necessários nas produções que não se influenciam pelo aspecto quantitativo delas (NEPOMUCENO, 2004).

Segundo Crepaldi (2010, p. 102) ressalta que “os custos fixos são fixos dentro de uma determinada faixa de produção e, em geral, não são eternamente fixos, podendo variar em função de grandes oscilações no volume de produção agrícola.”

De acordo com Ribeiro (2002, p. 247), “custo fixo é todo o gasto que a empresa possui, independentemente do que foi produzido, não alterando o valor a ser pago, ou seja, é indiferente à quantidade fabricada pela empresa.”

Segundo Hansen e Mowen (2001, p.88),

Custos fixos são aqueles que não variam de acordo com a produção, independente da produção eles vão existir. Alguns exemplos de custos fixos são a mão de obra permanente, depreciação de maquinários, entre outros. [...] Os custos fixos são custos que no seu total são constantes dentro de uma faixa relevante enquanto o nível do direcionador de atividade varia.

2.4.2 Custos Variáveis

Custos variáveis são aqueles que variam proporcionalmente ao volume da produção, quando aumenta a produção, aumentam proporcionalmente os custos variáveis, por exemplo, insumos agrícolas, combustíveis, impostos, entre outros (PADOVEZE, 2004, p. 329).

Segundo Hansen e Mowen (2001, p.89),

Os custos variáveis vão variar de acordo com a produção. Que podem ser insumos como semente, adubo, mão de obra temporária, entre outros. Neste tipo de custo o montante é afetado pelo volume da produção, neste sentido pode-se compreender que os custos variáveis são aqueles que variam através da sua dimensão física, ou seja, pela sua produção. Os custos variáveis são definidos como custos que no total variam em proporção direta às mudanças em um direcionador de atividade.

De acordo com Padoveze (2013, p.51),

Os custos variáveis são aqueles que, em cada alteração da quantidade produzida ou vendida, terão uma variação direta e proporcional em seu valor. Se a quantidade produzida aumentar, o custo aumentará na mesma proporção. Se a quantidade diminuir, o custo também diminuirá na mesma proporção.

2.4.3 Custos Diretos

Custos Diretos são aqueles que podem ser apropriados aos produtos de maneira clara, direta e objetiva, sem rateios, bastando existir uma medida de consumo. Por exemplo, insumos agrícolas e mão-de-obra direta (MARION, 2005, p, 27).

Conforme Yanase (2018, p. 43),

Custos diretos são geralmente os compostos por matérias-primas e mão de obra direta, os custos diretos são aqueles que podem ser apropriados de maneira clara e objetiva pelos produtos elaborados, uma vez que existe uma forma objetiva de medição de seu consumo para fabricá-los.

Segundo Crepaldi (2010, p. 157); Leone (2000, p. 157),

Os custos diretos podem ser apropriados diretamente aos produtos agrícolas, desde que exista uma medida de consumo (quilos, horas, etc.). Normalmente, variam de modo proporcional ao que foi produzido e não precisam de rateio para poder

identificá-los. Exemplos: material de embalagem; insumos; mão de obra direta trata-se dos custos dos trabalhadores utilizados diretamente produção, desde que se conheça quanto tempo cada um trabalhou no produto/produção e o preço da mão de obra.

2.4.4 Custos Indiretos

Os custos indiretos estão ligados a um conjunto de gastos relacionados ao andamento de uma empresa que não estão ligados diretamente à uma atividade específica (VEIGA et al, 2016, p.26). Ainda segundo esse autor “são custos que não se pode apropriar diretamente a cada tipo de bem ou função de custo no momento de sua ocorrência. Eles são adequados ao custo do bem ou serviço sobre a colocação de critérios de rateio fixadas.”

Segundo Marion (2005, p, 27),

Custos Indiretos representam os gastos com materiais indiretos não incorporados diretamente à produção. Geralmente, é difícil de relacionar os custos indiretos a um produto. São os que, para serem incorporados aos produtos, necessitam da utilização de algum critério de rateio, exemplo, gastos administrativos, mão-de-obra indireta.

Exemplos de custos indiretos pode-se citar: depreciação de equipamentos agrícolas, desde que utilizados em mais de um produto agrícola; energia elétrica onde o valor do consumo de cada produção é obtido através de rateio (CREPALDI, 2010; NEPOMUCENO, 2004).

De acordo com Martins (2008, p. 157),

Os custos indiretos não oferecem condição de uma medida objetiva, para alocá-los é necessário estimar e algumas vezes sua distribuição será realizada de modo arbitrário. Pode acontecer que alguns custos diretos sejam tratados como custos indiretos devido a sua irrelevância ou dificuldade na sua mensuração.

2.4.5 Despesas

As despesas são um gasto necessário que vai além dos gastos com produção, envolve despesas administrativas e comerciais, ou seja, as despesas são os pagamentos relacionadas a gastos para geração de lucros, como por exemplo, comissão de vendas (VICECONTI et al, 2013).

São bens ou serviços utilizados de forma direta ou indireta na obtenção de receita, ou seja, que não está sendo aplicado diretamente na produção de um bem ou serviço (MARTINS, 2010). Para Hendriksen e Breda (2001, p. 235), “as despesas reduzem o lucro, representando o uso ou consumo de bens e serviços no processo de obtenção de receitas.”

Bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas (MARTINS, 2010, p. 25). As despesas correspondem à parcela dos gastos consumida para administrar a empresa e realizar as vendas, isto é, para gerar a receita (MEGLIORINI, 2012).

2.4.6 Investimento

O investimento é um gasto ativado, dada a sua característica de geração de benefícios, ou seja, é o emprego de recursos com a finalidade de obtenção, direta ou indiretamente, de um lucro, imediato ou futuro (MARTINS, 2010).

Segundo Crepaldi, (2018, p.20),

São todos os gastos ativados em função da utilidade futura de bens ou serviços obtidos. É realizado na obtenção de um bem para o ativo da entidade, bem este ativado em função de sua vida útil ou porque será atribuído a exercícios futuros. Os investimentos em função da época do retorno se classificam em: i) Circulantes: estoques de matérias-primas e produtos para revenda; ii) Permanentes: máquinas, equipamentos e instalações.

De acordo com Megliorini (2012, p. 7) os investimentos “correspondem à parcela dos gastos registrada em contas do ativo da empresa.”

2.4.7 Custeio por Absorção

No custeio por absorção, todos os custos são atribuídos ao estoque, onde cada produto absorve aquilo que lhe caiba para sua fabricação, não importando se é custo fixo ou variável, direto ou indireto (MOURA, 2005).

De acordo com (Cruz, 2011, p.56-57),

O método de custeio por absorção sugere que os produtos ou serviços consumam os custos diretos e indiretos até se transformarem em serviços prestados ou produtos acabados, podendo, então, serem efetivados como custo unitário, que serve como base para a mensuração dos estoques (no caso de produção de bens).

Ainda segundo esse autor, esse método tem como objetivo atribuir todos os gastos necessários para fabricação do produto sejam eles custos fixos ou variáveis, pois busca identificar o gasto total necessário para se obter o produto.

Segundo (Crepaldi, 2010, pg. 15; Megliorini, 2012, pg. 15),

No método de custeio por absorção, todos os custos de produção são aplicados diretamente sobre o produto produzido, podendo ser apropriados de forma direta ou de forma indireta, em determinado período. Neste processo também ocorre a apropriação de todos os custos fixos e variáveis sobre o produto produzido. Sendo assim, os gastos não ligados à produção são excluídos deste método de custeio.

Para Bruni (2012, pg. 15), “neste método, todos os gastos relativos à produção, inclusive os indiretos, devem ser incorporados ao valor do produto.”

Por sua vez, Crepaldi (2010, pg. 15), aponta que “o método de custeio por absorção respeita os princípios fundamentais da contabilidade. Este método é utilizado pela legislação comercial e legislação fiscal, consequentemente o mais utilizado no Brasil.”

2.5 Preço de Vendas

Receitas são entradas ou outros aumentos de ativos de uma entidade ou liquidações de seus passivos (ou ambos), decorrentes da entrega ou produção de bens, prestação de serviços, ou outras atividades correspondentes operações normais ou principais da entidade (HENDRIKSEN e VAN Breda, 1999, p. 224).

Através das receitas temos o preço de venda, que para (Wernke, 2005, pg. 16),

O preço de vendas é uma questão fundamental para a sobrevivência e crescimento das empresas, independentemente do porte e da área de atuação. A determinação do preço de venda está sendo cada vez mais influenciada por fatores de mercado e menos por fatores internos. Toda empresa, entretanto, necessita saber o preço de venda orientativo, ou seja, o preço mínimo pelo qual deve vender seus produtos/mercadorias.

Segundo (Wernke, 2001, pg. 20),

Preço é a expressão do valor de troca que se oferece por alguma coisa que satisfaça uma necessidade ou desejo. No cálculo do preço de venda as empresas devem procurar valores que maximizem lucros; possibilitem alcançar as metas de vendas com tal preço, permitam a otimização do capital investido e proporcionem a utilização eficaz da capacidade de produção instalada.

2.5.1 Mark-up

Martins (2010, pg. 24), conceitua *mark-up* como: “o custo que se agrega a uma margem de contribuição, e esta tem de ser estimada para conseguir cobrir os gastos não

incluídos no custo daquele produto fabricado, como os tributos, comissões incidentes sobre o preço e o lucro desejado pelos administradores da empresa.”

Fórmula:

$$\text{Markup} = 100/100 - (\text{DF} + \text{DV} + \text{ML})$$

De acordo com Bruni e Famá (2004, p. 25) e Giusti e Borinelli (2017, p.4), “o *mark-up* é um índice que se aplica sobre os gastos de determinado bem ou serviço, que permite a obtenção do preço de venda.” *Mark-up* consiste em uma margem, geralmente expressa em forma de um índice ou percentual que é adicionada ao custo dos produtos. Esse custo apresentara variações dependendo do método de custeio utilizado” (MEGLIORINI, 2001, p.180 e DA SILVA et al. 2015, p.10).

Para Vieira (2013, p. 89) “o *mark-up* possui a finalidade de cobrir os custos das contas: i) impostos sobre venda; ii) taxas variáveis sobre vendas; iii) despesas administrativas fixas; iv) despesas de vendas fixas; v) custos indiretos de produção fixos e vi) margem de lucro.” Segundo Oyadomari et al., (2018, p. 15), “*mark-up* é uma informação gerencial que depende da base de custos adotada pela empresa, independentemente do método de custo adotado por ela. Com a utilização do *mark-up*, para todos os métodos de custo, obtém-se o preço dos produtos.”

Quadro 5: Principais modelos de *mark-up* com possíveis situações de utilização pelas empresas

Margem de lucro desejado incorporado ao <i>mark-up</i>	Base de Custos para aplicação do <i>mark-up</i>	Utilização
Margem bruta	Custo de Produção	Lançamento de um novo produto, dentro de um portfólio de produtos existentes. O objetivo é aumentar a margem bruta do produto que está sendo retirado de linha, ou ainda, há informações da margem bruta dos concorrentes.
Margem EBIT (margem operacional)	Custo Integral (custos de produção mais despesas operacionais)	Produto novo, com CAPEX específico, mas já existem empresas similares no mercado e é competitivo.
EBIT unitário (*)	Custo Integral unitário	Produto novo, com CAPEX específico, mas sem concorrente no mercado (inovação radical) – Objetivo maximizar o ROI. Exemplo: Lycra® quando era da DuPont, antes da quebra de patentes.
Margem EBITDA	Custos de Produção e Despesas Operacionais Desembolsáveis	O foco é a geração de caixa, e os custos e despesas de depreciação são considerados <i>sunk costs</i> . Pode haver também informação de mercado.
Margem de Contribuição	Custos Variáveis (custos variáveis de produção e despesas variáveis)	O volume ainda não está consolidado, havendo uma grande capacidade ociosa, por isso não faz sentido usar o custo total – podendo-se usar benchmark de outros países ou empresas. Outra possibilidade é que é praxe de mercado – por exemplo, em restaurantes – o custo variável de um prato não pode ultrapassar em torno de 30% do preço de venda.

(*) O preço é obtido pela adição do EBIT unitário ao custo integral unitário.

Fonte: Oyadomari et al. (2018)

2.6 Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros são utilizados como termômetro da economia. Servem para o cálculo de determinado produto, setor, inflação ou rentabilidade do dinheiro (PLANTIER, 2013).

Quadro 6: Indicadores mais utilizados

Nome	Característica
CDI – Certificados de Depósitos Interbancários	Utilizado como parâmetro para avaliar a rentabilidade de fundos de renda fixa.
Poupança	Remuneração dos depósitos em poupança.
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo	É o índice oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias.
INCC – Índice Nacional da Construção Civil	Mede a variação de preços no setor da construção civil
IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado	É o índice utilizado para balizar os aumentos da energia elétrica e dos contratos de aluguéis.
IGP-DI – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna	Mede o comportamento de preços em geral, da economia brasileira.

Fonte: Plantier (2013)

O objetivo dos indicadores financeiros é procurar os fundamentos que possibilitem maior transparência nas análises ou então, ter conhecimento do desempenho econômico-financeiro da organização (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011).

De acordo com Ferreira (2010, p. 02), “os indicadores financeiros, procuram avaliar a capacidade da empresa em honrar seus compromissos financeiros com terceiros.”

2.6.1 Lucratividade

De acordo com Bazzi (2015, p. 81), “pode-se entender o lucro como o resultado obtido pelas operações da empresa, quando as receitas são maiores do que os custos e as despesas.”

Conforme Galhardo (2012, p. 26), “a lucratividade é o percentual do lucro de uma empresa em relação ao faturamento (ou vendas) da mesma, em um determinado período.”

Segundo (Silva, 2008, p. 26),

A lucratividade é comparada ao lucro líquido em relação às vendas líquidas do período, fornecendo o percentual de lucro que a empresa está obtendo em relação a seu faturamento. Ele ainda explica que se deve trabalhar com a receita líquida (vendas líquidas), que é a receita real do período, visto que a receita bruta engloba receitas que foram anuladas ou reduzidas por devoluções e abatimentos, o que resultaria em um índice erroneamente maior de Lucratividade.

“A Lucratividade é um indicador de eficiência operacional obtido sob a forma de valor percentual e que indica qual é o ganho que a empresa consegue gerar sobre o trabalho que desenvolve” (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE, 2022).

2.6.2 Rentabilidade

A rentabilidade identifica o quanto a empresa obteve de retorno em determinado período analisado e refere-se à situação econômica da empresa (PADOVEZE; BENEDICTO, 2011, p.20).

Segundo esses autores:

A análise da rentabilidade é a parte mais importante da análise financeira, tem como finalidade medir o retorno de capital investido e constatar os fatores que levaram a ter tal rentabilidade. Entanto, salienta-se que o desenvolvimento da empresa é resultante de sua rentabilidade, desse modo uma empresa corretamente administrada não terá problemas com a liquidez e com a capacidade de pagamento. A rentabilidade confronta o lucro obtido com o investimento efetuado, demonstra o retorno do investimento.

De acordo com Marion (2019, p. 122), “expressar a rentabilidade em termos absolutos tem utilidade informativa bastante reduzida. O objetivo é, calcular a taxa de lucro em valores absolutos com valores que guardam alguma relação com o mesmo”.

Quadro 7: Índices de Rentabilidade

Índices	Conceito	Fórmula
Taxa de Retorno sobre Investimentos (ROI)	Expressa a taxa de retorno sobre os recursos totais investidos na empresa.	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	Expressa a taxa de retorno sobre os recursos próprios.	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Margem Bruta	Representa a parte das vendas líquidas que a empresa conseguiu reter, descontando apenas o custo dos produtos vendidos.	$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$
Margem Operacional	Representa a parte das vendas líquidas que a empresa conseguiu reter, descontando o custo dos produtos vendidos e as despesas operacionais.	$\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Receita Operacional Líquida}}$
Giro do Ativo	Indica quantas vezes o ativo total girou em função do volume de vendas.	$\frac{\text{Receita Líquida de Vendas}}{\text{Ativo Total}}$

Fonte: Saporito (2015)

Os índices de rentabilidade são divisíveis em dois grandes grupos: margens e retornos. As margens são índices obtidos com base exclusivamente na Demonstração de Resultados. Os retornos são obtidos quando são utilizados parâmetros do Balanço Patrimonial para comparar os resultados (SAPORITO, 2015, p. 180).

Com a análise relativa à rentabilidade, o que se quer ver é se ela remunera, efetivamente os capitais nela empregados. Tanto a incapacidade de remunerar o capital próprio quanto a de responder pelas suas obrigações significam vida longa para qualquer sociedade sem fins lucrativos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2017).

Conforme Marion (2009, p. 131), “a rentabilidade é medida em função dos investimentos. As fontes de financiamento do Ativo são Capital Próprio e Capital de Terceiros. A administração adequada do Ativo proporciona maior retorno para a empresa.”

3. Aspectos Metodológicos

3.1 Delineamento da pesquisa

Quanto aos procedimentos técnicos, o método escolhido foi o estudo de caso. Segundo Yin (2010, pg. 20), “essa é a metodologia adequada quando são necessárias respostas às

perguntas do tipo “como” e “porque”. O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real.”

Para Gil (2011), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamento considerados.”

Segundo (Bruyne, Herman e Schoutheete, 1977, pg. 84),

O estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista em apreender a totalidade de uma situação. A riqueza das informações detalhadas auxilia num maior conhecimento e numa possível resolução de problemas relacionados ao assunto estudado.

Quanto à forma de abordagem do problema, trata-se de uma abordagem descritiva, quanto aos seus objetivos estabelecidos. A pesquisa descritiva trata da descrição das características de determinada população, ou fenômeno, estabelecendo relações entre variáveis, ou determinar a relação entre elas (GIL, 2008).

A metodologia da pesquisa descritiva busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica, e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo isolado como em grupos e comunidades. Além disso, aborda problemas que merecem ser estudados, mas que os registros não constam de documentos (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2006). Ainda, segundo esses autores, a pesquisa descritiva em suas variadas formas, trata de dados colhidos da própria realidade e adota como principais instrumentos a observação, entrevista, questionário e formulário.

Para Trivinos (1987), os estudos descritivos pretendem descrever com exatidão os fatos e fenômenos da realidade, e exigem do pesquisador uma série de informações sobre pesquisa desejada.

Em relação a abordagem do problema, trata-se de um estudo qualitativo. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), o estudo qualitativo é um campo de investigação que encontra uma família interligada e complexa de termos, conceitos e suposições. Contudo, consiste em práticas materiais e interpretativas que devem demonstrar a realidade que lhe confere. Segundo estes autores (p. 17),

[...] a pesquisa qualitativa envolve o estudo do uso e a coleta de uma variedade de materiais empíricos — estudo de caso; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais — que descrevem momentos e significados rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos.

De acordo com Pereira et al. (2018), as principais características da pesquisa qualitativa são desencadeadas em ambiente natural, com a coleta direta de dados; os dados são geralmente descritivos; existe preocupação predominante em relação ao produto da pesquisa; e a análise dos dados normalmente ocorre pelo método indutivo.

Segundo Trivinos (1987), os estudos qualitativos em geral desenvolvem conjuntos e pressupostos sobre o comportamento humano, diante da sua cultura desde a relevância até a investigação. O ambiente e contexto em que os indivíduos realizam suas ações e seu modo de vida é essencial para alcançar uma compreensão mais clara das suas atividades e estabelecer a assimilação da conduta humana em seus aspectos cotidianos.

3.2 Procedimentos de coleta e análise dos dados

Inicialmente foi desenvolvida uma revisão da literatura sobre a contabilidade rural, através de livros, artigos acadêmicos e pesquisas aprofundadas sobre o assunto. Os dados foram coletados a partir de entrevistas com o agricultor estudado, sendo que, após a coleta, os dados foram colocados em planilha eletrônica e posteriormente foram construídas as DRE dos três produtos, nas três modalidades de venda, para análise.

4. Desenvolvimento da Pesquisa

4.1 O Município onde está localizada a agricultura familiar estudada

A pesquisa realizada ocorreu na cidade de Bom Princípio, um Município da região do Vale do Caí, no estado do Rio Grande do Sul, no qual de acordo com o *site* do Município, conta com uma população de aproximadamente 14.446 (quatorze mil quatrocentos e quarenta e seis) habitantes em uma área territorial de 88,242,8 km².

O município se destaca pelo elevado potencial de consumo e pelo alto crescimento econômico. Se destacam os setores das indústrias e da agricultura. A cidade é conhecida, pelo seu símbolo o “Morangão”, onde a cada dois anos acontece a tradicional Festa Nacional do Moranguinho, conhecida pela festa mais gostosa do País. Bom Princípio é colonizada por imigrantes alemães, possuindo méritos no desenvolvimento socioeconômico.

4.2 O Agricultor estudado

O produtor possui uma lavoura situada na cidade de Bom Princípio, Vale do Caí/RS. Este comercializa seus produtos agrícolas, tais como, beterraba, cenoura, alface, morango, tomate, repolho, rabanete, aipim, laranja, limão, abacate, melancia, pêssego, bergamota, pimentão, pera, espinafre, brócolis, melão e ameixa, sendo esta atividade agrícola a sua segunda fonte de renda. Ele tem sessenta anos de idade, é casado, aposentado, tem dois filhos e não reside na lavoura, não possui empregados, pois desempenha sozinho todo o processo da lavoura.

Conforme o produtor, são 9 mil m² de terra, cuja aquisição ocorreu, aos poucos, ao longo dos anos, através da compra da parte que pertencia a seus irmãos, pois tratava-se de área herdada de familiares. Também possui cinco bois, cuja finalidade é para o serviço do dia a dia, tais como, o carregamento de pasto e da produção dos produtos agrícolas; tem um galpão, cujo objetivo é guardar as ferramentas que são utilizadas na lavoura, cinco bois, uma carroça e seus produtos armazenados para a venda. No quadro 8 consta a área da agricultura.

Quadro 8: A agricultura

Plantio	Área (m ²)
Abacate	6 m ²
Aipim	6 m ²
Alface	10 m ²
Ameixa	6 m ²
Bergamota	8 m ²
Beterraba	6 m ²
Brócolis	3 m ²
Cenoura	4 m ²
Espinafre	4 m ²
Laranja	5 m ²
Limão	11 m ²
Melancia	5 m ²
Melão	6.000 m ²
Morango	2.860 m ²
Pera	7 m ²
Pêssego	8 m ²
Pimentão	7 m ²
Rabanete	8 m ²
Repolho	3 m ²
Tomate	12 m ²
Outros	8 m ²
Galpão	13 m ²
Total da área	9.000 m ²

Fonte: a autora, a partir de entrevista com o agricultor

4.2.1 Os Custos de produção

Conforme o produtor, os seus produtos, neste estudo pesquisados, têm características próprias, conforme disponibilizadas no quadro 9:

Quadro 9: Características dos três produtos estudados

Alface	Tipo crespa; clima temperado; plantio todo ano (colhe-se cinco safras por ano); não se deve regar nas horas mais quentes do dia; não se cria a muda, compra-se prontas, em bandejas de isopor; nos canteiros são passados filmes preto ou branco, que muito ajuda a deixar a alface limpo quando houver fortes chuvas; a alface é regada através de gotejamento por baixo do plástico.
Melão	Planta-se em clima temperado quente; precisa ter uma boa preparação do solo; deve-se fazer uma boa adubação com esterco de galinha e adubo; plantamos trinta mil sementes por ano entre outubro e abril.
Morango	Tipo oso grande; o morango tem bom desenvolvimento em locais de clima subtropical e temperado, apreciando temperaturas entre 13°C e 26 °C, por isso o ideal é que sejam cultivados a pleno sol; devido a isso, há um período recomendado para a instalação do morango, entre abril e maio, com a colheita ocorrendo de sessenta a oitenta dias após o plantio das mudas visando uma alta produtividade do morango; eles são frágeis à exposição de ventos moderados ou intensos, e assim como as suas flores não suportam geada, granizo e chuvas fortes; planta-se vinte mil pés de morangos por ano.

Fonte: a autora, a partir de entrevista com o agricultor

4.2.1.1 Custo da aquisição da Alface

A partir dos dados fornecidos pelo agricultor, o plantio da alface, por safra, tem 270 mudas, em média. Da plantação, colhe-se 1.350 pés/ano. Esses pés são vendidos de três formas: 450 pés para o comércio local; 700 pés para a Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA) e 200 pés para outros produtores rurais da região.

O custo para aquisição dos pés de alface está disponibilizado no quadro 10:

Quadro 10: Custo da alface

Espécie	Mudas	Medida	Valor
Crespa	270	Bandeja	R\$ 7,50

Fonte: a autora, a partir de entrevista com o agricultor

Conforme o quadro 10, a alface é adquirida da espécie crespa, em bandeja com 270 mudas e o custo é de R\$ 7,50 a bandeja. Portanto, cada muda tem um custo de R\$ 0,028. Assim sendo, cada ano, cujo plantio é de 270 mudas (1 bandeja de muda), o custo é de R\$ 37,50/ano. Em um ano, o agricultor planta cinco safras nos meses de (fevereiro, abril, julho, outubro e dezembro) e colhe-se nos meses de (março, maio, agosto, novembro e janeiro).

4.2.1.2 Custo da aquisição do Melão

A partir dos dados fornecidos pelo agricultor, o plantio do melão, por safra, tem 1.000 pés, em média. Da plantação, colhe-se 1.000 pés por safra. Esses pés são vendidos de três formas: 300 pés para o comércio local; 500 pés para a Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA) e 200 pés para outros produtores rurais da região.

O custo para aquisição dos pés de melão está disponibilizado no quadro 11:

Quadro 11: Custo do melão

Tipo	Medida	Valor
Envelope (mil sementes)	Unitário	R\$ 185,00
Estrume (saco)	50 Kg	R\$ 170,00
Substrato (saco)	50 Kg	R\$ 45,00

Fonte: a autora, a partir de entrevista com o agricultor

Conforme o quadro 11, a semente de melão é adquirida em envelope com mil sementes, a um custo é de R\$ 185,00. Portanto, cada semente tem um custo de R\$ 0,185. Assim sendo, cada safra, cujo plantio é de 1.000 sementes, conforme o agricultor, não há desperdício (na média) e colhe-se mil melões. Este plantio ocorre uma vez ao ano no mês de (agosto) e colhe-se no mês de (outubro).

4.2.1.3 Custo de aquisição do Morango

A partir dos dados fornecidos pelo agricultor, o plantio do morango, por safra, tem 20.000 pés, em média. Da plantação, colhe-se 18.500 pés por safra. Esses pés são vendidos de três formas: 10.000 pés para o comércio local; 5.000 pés para a Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA) e 3.500 pés para outros produtores rurais da região.

O custo para aquisição dos pés de morango está disponibilizado no quadro 12:

Quadro 12: Custo do morango

Tipo	Medida	Valor
Muda	Caixa (4 un.)	R\$ 1,95
Papelão (para montar a embalagem)	Caixa (dá para mil)	R\$ 1,25
Fertilizante (esterco de galinha)	13 m ³	R\$ 1.800,00
Bandejas <i>Pet</i>	Pacote (800 bandejas)	R\$ 40,00
Filme Plástico	Rolo (20 rolos de 2 m.)	R\$ 95,00
Selo	Unitário (feito em gráfica)	R\$ 0,02

Fonte: a autora, a partir de entrevista com o agricultor

Conforme o quadro 12, o morango é adquirido em muda e o custo unitário é de R\$ 0,488. Assim sendo, cada safra, cujo plantio é de 10.000 mudas (5.000 caixas com 4 mudas), o custo do plantio, por safra, é de R\$ 4.880,00. São plantadas duas safras por ano nos meses de (julho e setembro) e colhe-se nos meses de (agosto, outubro e novembro).

4.2.2 A logística para a venda dos produtos

Conforme o produtor, os produtos são vendidos de formas diferentes, a alface é vendida em bandejas, o melão é vendido em sacos e o morango é vendido em caixas de papelão em bandejas.

Conforme o produtor, os três produtos são vendidos para a Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA), para um mercado local e para outros produtores da região. Para cada lugar há o seu preço de venda, conforme o quadro 13, abaixo:

Quadro 13: Preço de venda

Produto	CEASA	Mercado	Produtores Rurais
Alface (cx. c/ 18 un.)	R\$ 28,00	R\$ 28,00	R\$ 23,00
Melão (média de 3 Kg)	R\$ 15,20	R\$ 15,20	R\$ 11,87
Morango (cx. c/ 4 bandejas)	R\$ 15,00	R\$ 18,00	R\$ 15,00

Fonte: a autora, a partir de entrevista com o agricultor

Conforme o quadro 13, o valor unitário de venda da alface, para a Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA) e o Mercado é de R\$ 1,555; para outros produtores rurais é de R\$ 1,277. O melão é vendido por unidade e peso, em média, um melão pesa 3 Kg. O valor de venda do morango, por bandeja, para a Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA) e outros produtores rurais é de R\$ 3,75 e para o Mercado é de R\$ 4,50.

4.3 Análises

Com o objetivo de identificar a lucratividade desses três produtos, optou-se por elaborar a DRE – Demonstração do resultado do exercício, para cada tipo de venda.

O total da área, são de 9 mil m² (nove mil metros quadrados), sendo para a alface 10 m² (dez metros quadrados), para o melão 6 mil m² (seis mil metros quadrados) e para o morango são 2.860 mil m² (dois mil oitocentos e sessenta mil metros quadrados).

Na tabela 1 está demonstrada a DRE do morango, nas três formas de venda.

Tabela 1: DRE do Morango

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício		CEASA	Mercado	Produtores	TOTAL
MORANGO		R\$	R\$	R\$	R\$
	Venda bruta	15.750,00	17.136,00	12.825,00	45.711,00
	Custo	4.365,95	3.767,86	3.383,95	11.517,76
Mudas		3.583,30	3.248,86	2.917,83	9.750,00
Papelão		1,31	1,19	1,07	3,57
Bandejas		210,01	190,41	171,01	571,43
Filme plástico		277,10	251,23	225,64	753,97
Selos		84,00	76,16	68,40	228,57
Fertilizantes (esterco galinha)		210,22	190,60	171,18	572,00
	Lucro bruto	11.384,05	13.368,14	9.441,05	34.193,24
	Despesas	244,09	221,31	198,76	664,16
Água		140,15	127,07	114,12	381,33
Luz		93,43	84,71	76,08	254,22
Outros (ITR)		10,51	9,53	8,56	28,60
	Resultado líquido	11.139,96	13.146,83	9.242,29	33.529,08
	Lucratividade	70,73%	76,72%	72,06%	

Fonte: a autora, a partir de entrevista com o agricultor

A DRE do morango consta as principais informações do produtor, sendo que as informações são calculadas com base no rateio dos custos, calculando assim as porcentagens de cada logística de venda. Tem em média quatorze morangos em cada bandeja. Cada caixa possui quatro bandejas de morango.

Em média, um pé de morango dá dezesseis morangos. Um total de cento e sessenta

mil morangos (160.000), considerando dez mil (10.000) mudas multiplicadas por dezesseis morangos (16). Totaliza onze mil quatrocentos e vinte e nove bandejas, pois é o resultado de cento e sessenta mil morangos (160.000) / quatorze (14) morangos.

Ao analisarmos a DRE do morango, podemos concluir que obteve maior lucratividade, sendo vendida em mercados, com uma porcentagem de 76,72%, já, sendo vendida na Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA), obteve uma porcentagem de 70,73% e em ser vendida para outros produtores rurais, obteve uma porcentagem de 72,06%.

Na tabela 2 é apresentada a DRE do melão, nas três formas de venda.

Tabela 2: DRE do Melão

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício					
MELÃO		CEASA	Mercado	Produtores	TOTAL
		R\$	R\$	R\$	R\$
	Venda bruta	7.600,00	4.408,00	2.492,70	14.500,70
	Custo	200,00	116,00	84,00	400,00
Sementes		92,50	53,65	38,85	185,00
Substrato		22,50	13,05	9,45	45,00
Estrume (Fertilizantes)		85,00	49,30	35,70	170,00
	Lucro bruto	7.400,00	4.292,00	2.408,70	14.100,70
	Despesas	403,31	233,92	169,39	806,62
Água		127,11	73,72	53,39	254,22
Luz		266,67	154,67	112,00	533,33
Outros (ITR)		9,53	5,53	4,00	19,07
	Resultado líquido	6.996,69	4.058,08	2.239,31	13.294,08
	Lucratividade	92,06%	92,06%	89,83%	

Fonte: a autora, a partir de entrevista com o agricultor

A DRE do melão consta as principais informações do produtor, sendo que as informações são calculadas com base no rateio dos custos, calculando assim as porcentagens de cada logística de venda.

As sementes são adquiridas em envelopes com mil sementes (1.000), a um custo de cento e oitenta e cinco reais (R\$ 185,00). Portanto, cada semente tem um custo de R\$ 0,185. Assim sendo, cada safra, são plantadas mil sementes (1.000), e são colhidas as mil sementes (1.000). É vendida por unidade com média de três quilos (3 kg).

Ao analisarmos a DRE do melão, podemos concluir que obteve empate na lucratividade, sendo vendida na Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA), com uma porcentagem de 92,06%, e sendo vendida em mercados, com uma lucratividade de 92,06%, e em ser vendida para outros produtores rurais, obteve uma porcentagem de 89,83%.

Na tabela 3 é apresentada a DRE da alface, nas três formas de venda.

Tabela 3: DRE da Alface

DRE - Demonstração do Resultado do Exercício		CEASA	Mercado	Produtores	TOTAL
ALFACE		R\$	R\$	R\$	R\$
	Venda bruta	840,00	700,00	460,00	2.000,00
	Custo	30,00	25,00	20,00	75,00
Mudas		30,00	25,00	20,00	75,00
	Lucro bruto	810,00	675,00	440,00	1.925,00
	Despesas	0,48	0,40	0,32	1,19
Água		0,11	0,09	0,08	0,28
Luz		0,36	0,30	0,24	0,89
Outros (ITR)		0,01	0,01	0,01	0,02
	Resultado líquido	809,52	674,60	439,68	1.923,81
	Lucratividade	96,37%	96,37%	95,58%	

Fonte: a autora, a partir de entrevista com o agricultor

A DRE da alface consta as principais informações do produtor, sendo que as informações são calculadas com base no rateio dos custos, calculando assim as porcentagens de cada logística de venda.

A alface é adquirida da espécie crespa, em bandeja com duzentas e setentas (270) mudas e o custo é de sete reais e cinquenta centavos (R\$ 7,50) a bandeja. Portanto, cada muda tem um custo de R\$ 0,028. Assim sendo, cada safra, cujo plantio é de mil, trezentos e cinquenta (1.350) mudas (1 bandeja de muda), o custo é de trinta e sete reais e cinquenta centavos (R\$ 37,50).

Ao analisarmos a DRE da alface, podemos concluir que obteve empate na lucratividade, sendo vendida na Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA), com uma porcentagem de 96,37%, e sendo vendida em mercados, com uma lucratividade de 96,37%, e em ser vendida para outros produtores rurais, obteve uma porcentagem de 95,58%.

5 Conclusão

O agricultor estudado, possui uma lavoura situada na cidade de Bom Princípio, Vale do Caí/RS. Tem sessenta anos de idade, é casado, aposentado, tem dois filhos e não reside na lavoura. Não possui empregados, desempenhando sozinho os cuidados necessários a lavoura, como adequação e fertilização da terra, plantio, podas e, por fim, a venda. Além dos produtos alface, melão e morango, que foram utilizados para a realização desse estudo, o produtor em questão comercializa outros produtos agrícolas, tais como, beterraba, cenoura, tomate, repolho, rabanete, aipim, laranja, limão, abacate, melancia, pêssego, bergamota, pimentão, pera, espinafre, brócolis e ameixa. Esta pesquisa teve a questão de pesquisa identificar entre os produtos alface, melão e morango, qual é o que apresenta a melhor lucratividade, sendo que nunca foi feito um estudo e que é o primeiro trabalho que é executado nesta agricultura.

A partir da coleta de dados, que ocorreu através de questionamentos ao agricultor estudado, foi montado cálculos, com base na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que serviu como amostragem para identificar a lucratividade dos três produtos estudados. Através dos cálculos, foi possível verificar que o produto que apresenta melhor lucratividade é a alface, com uma porcentagem de 96,37%, sendo mais vendida, com empate, na Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA) e em mercados. Sendo vendida para outros produtos rurais obteve uma porcentagem de lucratividade de

95,58%.

Foi possível identificar através dos cálculos que a alface não tem um custo elevado, por ser um produto que pode ser plantado o ano todo, pois se adapta bem ao clima temperado quente ou frio e é muito difícil ter perda desse produto, somente no caso de não conseguir vender.

Ao se tratar da alface, do melão e do morango, foi possível identificar que o produto que obteve menor lucratividade foi o morango, com uma porcentagem de 70,73%, sendo vendido na Central de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul S/A (CEASA), isso se dá a questão de que o morango tem um custo mais elevado, e há maior chance de perda, devido a condições climáticas, pois é um produto que dependendo do tempo, não se adapta muito bem ao clima, podendo assim ocasionar a devida perda.

As informações obtidas no resultado da pesquisa salientam a importância de sempre ter uma organização e controle de seus gastos, pois o agricultor estudado nunca tinha o hábito de anotar seus gastos e despesas, assim sendo, ele relatou que nunca foi executado um estudo nesta agricultura, e, assim, através das conclusões e percepções, esse estudo o ajudou no sentido de auxiliar na tomada de decisão, no sentido de identificar o melhor plantio e a colheita mais eficaz.

Como sugestão para estudos futuros, aplicar esse estudo em uma outra propriedade rural, com outros produtores rurais da região e utilizar de tecnologias onde possa haver maior controle e organização.

Referências

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2007. Acesso em 12/10/2022.

BAZZI, S. **Contabilidade em ação**. Curitiba: InterSaberes, 2015. Acesso em: 22/10/2022.

BOM PRINCÍPIO. **Informações do Município**. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/bom-princ%C3%ADpio---rs>. Acesso em: 14/03/2023.

BRASIL. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 1001**, de 18/11/2021. Brasília 2021. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1001.pdf>. Acesso em: 12/10/2022.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preços**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2004. Acesso em: 12/10/2022.

BRUNI, A. L.; FAMÁ, R. **Gestão de custos e formação de preços: com aplicação na calculadora HP 12 C e Excel**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011. Acesso em: 09/10/2022.

BRUNI, Adriano Leal. **A administração de custos, preços e lucros**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012. (Série desvendando as finanças, v.5). Acesso em: 12/10/2022.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977. Acesso em: 12/10/2022.

CARVALHO, Flavia S. (2013). **Ativos biológicos: evidenciação das empresas participantes do Ibovespa**, v. 9, n. 3, Jul/set. Acesso em: 20/08/2022.

CALDERELLI, Antônio. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**, 28. ed. São Paulo: CETEC, 2003. Acesso em: 10/08/2022.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo:

Pearson Prentice Hall, 2006. Acesso em: 22/11/2022.

Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC). (2016). Pronunciamento Técnico CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola. Conselho Federal de Contabilidade. Brasília, 2009.

Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>. Acesso em: 20/08/2022.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisória**. 3. ed. Revista atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2004. Acesso em: 10/08/2022.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**. Teoria e Prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Acesso em: 10/08/2022.

CREPALDI, Silvio A. **Curso básico de Contabilidade de custos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em: 09/10/2022.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisória**, 7ed. São Paulo: Atlas, 2012. Acesso em: 10/08/2022.

CREPALDI, Silvio Aparecido, CREPALDI Guilherme Simões. **Contabilidade de custos**. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2018. Acesso em 12/10/2022.

CRUZ, June A.W. **Gestão de custos: perspectivas e funcionalidades**. Curitiba: Ibpex, 2011. Acesso em: 12/10/2022.

DA SILVA, Elisângela Maria. **A importância da formação correta do preço de venda e como este processo influencia na lucratividade da microempresa varejista**. 2015.

Disponível em:

<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/iniciacao/documentos/anais/7.TECNOLOGIA/7CCSADFCMT01.pdf>. Acesso em: 12/10/2022.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. Acesso em: 12/10/2022.

FARIA, D. C.; MONTOVANI, E.; MARQUES, S. M. **A Contabilidade Rural no Desenvolvimento do Agronegócio, 2010**. Acadêmicos do da Faculdade Cenequista de Varginha – FACECA. Acesso em 10/08/2022.

FERREIRA, Ricardo J. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2010. Acesso em: 02/11/2022.

GALHARDO, Maurício. **Como calcular a Lucratividade?** Exame.com. 2012. Disponível em: <https://exame.com/pme/dicas-de-especialista/noticias/como-calcular-a-lucratividade/>. Acesso em: 20/10/2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas: 2008. Acesso em: 22/11/2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas 2011. Acesso em: 12/10/2022.

GITMAN, Lawrence J.; MADURA, Jeff. **Administração Financeira: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Pearson, 2003. Acesso em: 12/10/2022.

GIUSTI, Jessica Morales; BORINELLI, Márcio Luiz. **Análise dos métodos de precificação de produtos: estudo de caso em uma indústria metalúrgica familiar**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2017. Disponível em:

<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4341/4341>. Acesso em: 12/10/2022.

HANSEN, Don R., MOWEN, Maryanne M., **Gestão de Custos: Contabilidade e Controle**,

- São Paulo: Cengage Learning, 2001. Acesso em: 09/10/2022.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. Acesso em: 12/10/2022.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 2002. 550p. Tradução de Accounting Theory. Acesso em: 12/10/2022.
- HOJI, Mazakazu. **Administração Financeira e Orçamentária**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2014. Acesso em: 12/10/2022.
- LEONE, George S. Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. Acesso em: 12/10/2022.
- MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998. Acesso em: 12/10/2022.
- MARION J. C. **Análises das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 3. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2005. Acesso em: 12/10/2022.
- MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: contabilidade empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Acesso em: 02/11/2022.
- MARION, J. C. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade Pecuária**; 13 ed. São Paulo Atlas, 2012. Acesso em: 10/08/2022.
- MARION, J. C. **Contabilidade rural**, 14. ed, São Paulo: Atlas, 2014. Acesso em: 20/08/2022.
- MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 8ª ed. São Paulo. Atlas. 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021264/>. Acesso em: 02/11/2022.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 12/10/2022.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. Acesso em 09/10/2022.
- MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis - Uma Abordagem Crítica**. 2ª ed. São Paulo. Atlas. 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597014013/>. Acesso em: 02/11/2022.
- MEDEIROS, Valdeci. **Contabilidade**. Artigo eletrônico publicado em janeiro de 2008, disponível em <http://www.valdecicontabilidade.net.br>. Acesso em 10/08/2022.
- MEGLIORINI, Evandir. **Custos**. São Paulo: Makron Books, 2001. Acesso em 09/10/2022.
- MEGLIORINI, Evandir. **Custos: análise e gestão**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. Acesso em 12/10/2022.
- MOURA, Herval da Silva. **O custeio por absorção e o custeio variável: qual seria o melhor método a ser adotado pela empresa?** Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/32/o_custeio_por_absorcao_e_o_custeio_variavel.pdf. Acesso em 12/10/2022.
- NEPOMUCENO FILHO, Fernando. **Contabilidade rural e seus custos de produção**. São Paulo: Thomson IOB, 2004. Acesso em: 09/10/2022.

- Norma Brasileira de Contabilidade (NBCTG46)**, Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/395_CPC%2046%20_final.pdf. Acesso em: 20/08/2022.
- OLIVEIRA, D.L; OLIVEIRA, G.D. **Contabilidade Rural: Uma abordagem do Agronegócio dentro da Porteira – de acordo com CPC 29**. Curitiba, Juruá, 2014. Acesso em: 20/08/2022.
- OYADOMARI, José Carlos Tiomatsu. **Contabilidade Gerencial - Ferramentas para melhoria de desempenho empresarial - Exercícios Resolvidos| Minicase | Exemplos**. 1. Ed. São Paulo: Gen/Atlas, 2018. Acesso em: 12/10/2022.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. **Curso básico gerencial de custos**. São Paulo: Thomson, 2003. Acesso em 09/10/2022.
- PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. Acesso em: 09/10/2022.
- PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Análise das demonstrações financeiras**. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. Acesso em: 20/10/2022.
- PADOVEZE, Clovis Luís. **Contabilidade de custos: teoria, pratica, Integração com Sistemas de Informações (ERP)**. São Paulo: Cengage Learning, 2013. Acesso em: 12/10/2022.
- PEREIRA, A. S.; SHITSUKA, D. M.; PARREIRA, F. J.; SHITSUKA, R. **Metodologia da pesquisa científica. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria**, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1. Acesso em: 12/10/2022.
- PLANTIER, Renato Duarte. **Indicadores Econômicos Brasil**. 2013. Disponível em: <https://economia.culturamix.com/banco/indicadores-economicos-brasil>. Acesso em: 20/10/2022.
- Presidência da República. **Lei nº 4.504, de 30/11/1964**. Institui o Código sobre o Estatuto da Terra, e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 10/08/2022.
- RECH, José Ilirio, PEREIRA, Clesia Camilo, PEREIRA, Ivone Vieira, CUNHA, Moisés Ferreira. _____ **IAS 41 - Agriculture: Um Estudo da Aplicação da Norma Internacional de Contabilidade às Empresas de Pecuária de Corte**, Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos62006/443.pdf>. Acesso em 20/08/2022.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de custos fácil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. Acesso em: 09/10/2022.
- SANTOS, J. D.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 3 Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002. Acesso em: 09/10/2022.
- SANTOS, José Luiz dos et al. **Fundamentos de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2006. Acesso em 09/10/2022.
- SAPORITO, Antonio. **Análise e estrutura das demonstrações contábeis**. 1ª ed. Curitiba. Intersaberes. 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30384>. Acesso em: 02/11/2022.
- SEBASTIÃO, A. (org.). **Contabilidade**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Acesso em 10/08/2022.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Análise e Planejamento Financeiro – Manual do Participante**. 2011. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/gestao-financeira/analise-financeira/4_lucratividade.pdf. Acesso em: 20/10/2022.

SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Acesso em: 20/10/2022.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Acesso em: 12/10/2022.

ULRICH, E. R. **Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio, 2009**. Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU. Acesso em 10/08/2022.

VEIGA Windsor Espenser, SANTOS, Fernando de Almeida. **Contabilidade de custos: gestão em serviços, comércio e indústria**. – 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

VICECONTI, Paulo, **Contabilidade de Custos: um enfoque direto e objetivo**. 11. ed., rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2013. Acesso em: 12/10/2022.

VIEIRA, EuseliaPaveglio. **Custos e formação de preço de venda**. 2013. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/3223/EaD_Custos%20nova%20vers%C3%A3o.pdf?sequence=1. Acesso em: 12/10/2022.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos**. São Paulo: Atlas, 2001. Acesso em: 12/10/2022.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos**. São Paulo: Atlas, 2005. Acesso em: 12/10/2022.

YANASE, João. **Custos e formação de preços** [livro eletrônico]: importante ferramenta para tomada de decisões. São Paulo: Trevisan Editora, 2018. Acesso em: 12/10/2022.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. Acesso em: 12/10/2022.

ZANIN, A. **Gestão ambiental em agroindústrias da região de Chapecó**. In: XVII SIMPEP – Gestão de Projetos e Engenharia de Produção. São Paulo, 2010. Acesso em: 09/10/2022.